

EXPANSÃO TERRITORIAL DO DENDÊ E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO NORDESTE PARAENSE

Dérick Lima Gomes

Graduando em geografia - UEPA
dericklima16@hotmail.com

Fabiana Carneiro da Silva

Graduanda em Geografia - UEPA
fabianacarneiro@rocketmail.com

Cátia Oliveira Macedo

Professora da UEPA e do IFPA
Doutora em Geografia Humana pela USP
catiamacedo@yahoo.com

RESUMO

Em um contexto mundial de corrida por novas fontes de energias que suprissem a demanda energética no mundo industrializado e reduzissem os impactos ambientais, a produção do agrocombustível tornou-se uma das principais ambições do governo brasileiro nos anos de 1990. Em 2004, é lançado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) em conjunto com o Selo Combustível Social (SCS) com o intuito de expandir o cultivo da palma e a obrigação de incluir famílias camponesas no sistema produtivo. Esta tentativa de territorialização do capital, entretanto, não se dá de maneira homogênea e sem consequência na escala local. Desta forma, pretende-se neste artigo desvendar o processo de expansão da produção do dendê no nordeste paraense e suas implicações para a agricultura camponesa. A partir dos resultados obtidos, se questiona a ideia de desenvolvimento sustentável do PNPB, tal como, a noção de modernidade promulgada pelo agronegócio. A metodologia pautou-se no levantamento bibliográfico, documental e fotográfico, além do trabalho de campo, quando foram realizadas entrevistas.

Palavras-chave: Agricultura camponesa; Agronegócio; Territorialização.

TERRITORIAL EXPANSION OF DENDÊ PLANTATIONS AND PEASANT RESISTANCE IN NORTHEASTERN PARÁ

ABSTRACT

In the context of a worldly contest for new energy resources to supply energetic demands in the industrialized world and to reduce environmental impact, agricultural fuels production became one of the main Brazilian government ambitions in the 1990s. So far, the National Program of Bio-Diesel Usage and Production (PNPB) was released in 2004, followed by the Social Field Brand (SCS) in 2005, destined to expand the sowing of the palm and to insert peasant families in the production. The attempt support capital in territory, however, did not occurred in a homogenous way and with no effect to the local scale. So, this article intends to unravel the expansion process of *dendê* production in *paraense* Northeast and its effects on peasant agriculture. Departing from the gathered results, it is questioned the notion of sustainable development in PNPB, as well as, the concept of modernity announced by agribusiness. The methodology based itself on bibliographic, photographic and documental accounts, accompanied by the fieldwork, when interviews and informal chatting were conducted.

Keywords: Peasant Agriculture; Agribusiness; Territory Creation.

Recebido em 20/04/2015
Aprovado para publicação em 16/11/2015

INTRODUÇÃO

A crise mundial do petróleo na década de 1970 lançou as bases da corrida por novas fontes de energia que suprissem a demanda energética no mundo industrializado e que reduzissem os impactos ambientais. Nos anos de 1990, a produção de óleos de origem vegetal para a produção do biodiesel tornou-se uma das principais ambições do governo brasileiro. Diferente dos combustíveis fósseis (como carvão, petróleo e gás natural), o agrocombustível constitui-se em uma alternativa biodegradável e de grande potencial econômico, devido sua obtenção a partir de fontes renováveis de biomassa, sendo assim considerado um combustível “ecologicamente correto” (CASEIRO, 2011). Isto posto, nosso objetivo neste artigo é desvendar o processo de expansão da produção do dendê no Nordeste Paraense e suas implicações para a agricultura camponesa.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) visa expandir os horizontes do agrocombustível, tendo como principais metas facilitar e mostrar direcionamentos para a sua produção no país, objetivando também apresentar ao mundo a preocupação do Brasil com o “desenvolvimento sustentável” e a busca por fontes renováveis de energia. A sua criação está também ancorada numa perspectiva de “inclusão social” dos pequenos agricultores a partir do “selo de combustível social” – questão que será problematizada no decorrer do texto.

Com este programa, a empresa produtora do biodiesel tem algumas obrigações com o agricultor familiar. Dentre as principais, se destaca a assinatura de contratos e a capacitação dos agricultores, para assim obter subsídios estatais: melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras; direito à desoneração de alguns tributos, desde que garantam a compra da matéria prima, através de preços estabelecidos, oferecendo segurança e garantia aos agricultores familiares (OLIVEIRA, 2011).

O PNPB tem como objetivo oficial a coexistência de uma produção capitalista atrelada à produção camponesa, o que caracteriza aquilo que Oliveira (2004) denomina de monopolização do território pelo capital, quando se extrai a renda da terra sem a necessidade de expropriar os pequenos produtores. Entretanto, parte-se aqui da hipótese que difere do discurso oficial, uma vez que a ação primeira do agronegócio não se dá na tentativa da parceria com o camponês, o que caracterizaria o conceito supracitado de monopolização do território pelo capital. Mas sim se situa na tentativa da territorialização do capital, aquela em que, com a expansão do modo capitalista de produção, provoca a expulsão e expropriação dos camponeses (OLIVEIRA, 2004).

Isto fica evidenciado pelo seguinte fenômeno: a ação inicial da empresa acontece primeiramente na tentativa da compra de terras dos camponeses que ali residem, para poder se estabelecer a monocultura do dendê. Quando não concretizada a compra, a segunda ação se materializa na procura da “parceria”, ou seja, na produção do dendê na propriedade camponesa.

Esta tentativa de territorialização do capital, entretanto, não se dá de maneira homogênea e sem consequências na escala local (OLIVEIRA, 2004), uma vez que o território é heterogêneo, é uma construção histórico-social, reivindicada a partir de relações de poder por grupos múltiplos, com racionalidades e objetivos determinadas vezes em comum, e em outras divergentes (SOUZA, 2013).

E é neste contexto, de territórios e territorialidades diversas, conflitantes e sobrepostas, que se objetivou demonstrar as transformações ocorridas na agricultura camponesa desta região em decorrência da expansão da produção do dendê. Para isso, a escolha dos conceitos de “territorialização do capital” e “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2004) foi de fundamental importância para auxiliar a presente análise.

A metodologia pautou-se no levantamento bibliográfico e documental, além do trabalho de campo, quando foram realizadas as entrevistas (abertas e semiestruturadas, com auxílio de gravadores) e levantamentos fotográficos. Vinculado à Universidade do Estado do Pará (UEPA), este estudo resulta do projeto de pesquisa PIBIC-CNPQ (2013-2014), intitulado “Agricultura camponesa e agronegócio do dendê no nordeste paraense” que se iniciou no grupo de pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia e se encontra em estado avançado.

Como recorte espacial, tivemos o Município de Concórdia do Pará, em particular as comunidades do Cravo e Arapiranga, localizadas em sua zona rural. Esta delimitação espacial se justificou pela importância que a mesorregião do Nordeste paraense tem obtido como um polo produtor de dendê no Pará e no Brasil. Além disso, a mesorregião viveu, nos últimos anos, profundas transformações em decorrência da expansão dos campos de dendê. Isto se justificaria pela adequação do clima amazônico àquela cultura, tal como os fatores econômicos, sociais e ecológicos ao cultivo dessa oleaginosa.

A PRODUÇÃO DO DENDÊ NA AMAZÔNIA

Construção histórico-social de um imaginário que se perpetua até nossos dias, a Amazônia há tempos tem sido tomada como um todo homogêneo, fonte de recursos naturais a ser apropriado junto aos interesses do todo nacional, simultaneamente inserida no contexto econômico da divisão internacional do trabalho. Contudo, este imaginário exógeno à região, efetuado de maneira vertical, muito mais *sobre a região* do que *da região* de fato, acabou – e acaba – por realizar uma análise superficial da mesma, desconsiderando toda a sua complexidade. Como muito bem resumiu Gonçalves (2012), a Amazônia é, sobretudo, diversidade, de povos, saberes, práticas, territórios e territorialidades.

A esta complexidade regional, delimitou-se dois fatores: o primeiro é o recorte espacial da pesquisa, que enfatiza principalmente o potencial que o Nordeste Paraense possui para a produção do dendê. O segundo diz respeito à questão da inserção do campesinato da região junto ao selo social para a produção do dendê (através do PNPB), e as influências que este fenômeno pode vir a ocasionar na soberania alimentar camponesa e para a questão ambiental em geral. Procurou-se demonstrar dessa forma, como esta parte da região vem se inserindo junto a escalas geográficas maiores, a partir da produção de uma *commodity*, sem deixar de se considerar sua especificidade produtiva ou de modo de vida, intimamente relacionados à questão local.

É neste aspecto, por exemplo, que se podem evidenciar aspectos referentes às demandas de questões ambientais tidas como globais, como a diminuição das emissões dos gases estufas, em posição contraditória à escala local-regional, a partir da produção do agrocombustível e sua influência à produção camponesa.

Para se compreender a produção e introdução do dendê no cenário amazônico, necessita-se entender primeiramente que o processo de implantação dessa oleaginosa na região é gradual, emergindo inicialmente em escala nacional, com a vinda de sementes do dendezeiro trazidas por africanos em navios negreiros oriundos principalmente de Angola, Moçambique e Benin. Assim os primeiros dendezeais se formaram no estado da Bahia. A expansão da lavoura do dendê chega até a Amazônia na década de 1950 e conseqüentemente ao Pará por meio do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), que se torna a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Amazônia Oriental). Daí políticas públicas surgiram com o objetivo de tornar o cultivo da monocultura uma alternativa para o desenvolvimento rural regional (SANTOS et al, 1998).

Em 1967, com altas expectativas para com o dendê, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), antiga SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), concretiza uma parceria com a firma francesa *Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux* (IRHO) com o objetivo de estabelecer o cultivo da oleaginosa em escala comercial. Na década de 1970, a iniciativa privada adentra na dinâmica da produção do dendê abrindo espaço para empresas como a Agropalma, Marborges, Palmasa e posteriormente Biopalma que veem no Pará, e mais especificamente no Nordeste Paraense, um lócus para a expansão do capitalismo no campo.

Quanto às aplicações do óleo do dendê, sua diversidade é grande. Esta varia de óleos para banho a acervos para a agroindústria alimentar. Atualmente a sua valorização é devida principalmente à sua possível entrada em larga escala no mercado como agrocombustível, o que favorece a implantação de campos de dendê em municípios como Moju, Tailândia, Acará e Concórdia do Pará. Sua expansão é favorecida em um nível maior, quando se observa que a implantação da produção do dendê tem ocorrido principalmente em áreas desmatadas, visto que a absorção de carbono pela cobertura vegetal da palma é benéfica à natureza; o discurso

"ecológico" não raramente é utilizado pelas empresas produtoras da oleaginosa (BECKER, 2011).

Como parte das estratégias do PNPB, entra em vigor, em 2010, o Plano "Palma Verde", lançado pelo então Presidente Lula em Tomé-Açu (Pará) com vistas estimular o plantio. Por fim, foi criado o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO), lançado para dar mais estrutura ao macro projeto da produção do dendê, este, com peculiaridades como o zoneamento feito para delimitação de terras aptas ao cultivo. A análise que segue pretende demonstrar a efetivação de tal programa e sua consequência junto à expansão do dendê para a produção camponesa.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

Extensão do território, clima propício, experiências anteriores na produção de agroenergia, entre outros fatores, seriam as condições favoráveis para que o Brasil estivesse apto a liderar o processo de transição mundial da "civilização do petróleo" para a "civilização da biomassa". Entretanto, para conseguir tal feito, com um hipotético crescimento produtivo exorbitante, a produção de agrocombustíveis, ancorada na perspectiva da agricultura familiar no Brasil, e com matéria prima procedente de maneira geral do campo, representaria não apenas uma transição energética, mas, sobretudo, uma transição agrária (FABRINI, 2010). Com isso, compreender a realidade do campesinato na sociedade brasileira na atualidade é compreendê-la, principalmente, frente à nova dinâmica que se impõe com o agronegócio, uma vez que, ele vem reordenando o uso dos territórios rurais. (FERNANDES et al, 2011).

Porém, os debates e as diferenças surgem a partir de paradigmas opostos entre si. Com efeito, o que para o paradigma do capitalismo agrário seria a inclusão social do agricultor familiar para maior obtenção de renda e melhor condição de vida, a partir do selo social, resultando em "necessária integração ao mercado"; para o paradigma da questão agrária, seria a subordinação do camponês ao grande capital, por não pertencer a ele o controle do processo de produção e comercialização, mas sim ao agronegócio (FERNANDES et al, 2011).

Assim como outros autores (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1995; 2004; 2011), parte-se aqui de uma linha de pensamento que entende que o campesinato se recria a partir das próprias condições contraditórias que o capitalismo lhe proporciona. A produção não capitalista camponesa se insere na reprodução ampliada do capital, ou seja, na sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981). Todavia, é a partir desta subordinação que se pode pensar em uma insubordinação camponesa, pois o agronegócio não possui o monopólio sobre a produção agrícola, sendo apenas uma possibilidade, uma tentativa do capital se territorializar.

Desta maneira, como se visualizará adiante, o que ocorre no recorte espacial de estudo delimitado – Nordeste Paraense – não condiz com a "territorialização do capital" em sua totalidade. Tal fato contraria a tese de que a expansão do modo capitalista de produção provoca a expulsão e expropriação dos camponeses. O que ocorre é a "monopolização do território pelo capital" isto é, a ação das indústrias capitalistas, como as processadoras de produtos agrícolas, de extrair a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses: explorar sem expropriar (OLIVEIRA, 2004).

Feitas estas considerações, verificou-se como estas questões que envolvem níveis multiescalares de decisão, nacional e internacional, influenciam na produção e reprodução do campesinato em uma escala geográfica local, pois é nesta última que se faz sentir os efeitos do capitalismo global (SANTOS, 2012).

A EXPANSÃO DO DENDÊ NAS COMUNIDADES DO CRAVO E ARAPIRANGA

Localizadas no município de Concórdia do Pará, as comunidades do Cravo e Arapiranga, apresentam especificidades quanto à introdução da produção do dendê em seus territórios. Primeiramente, ambas, em suas condições de "comunidade" e não apenas de assentamentos, estão relativamente aquém do debate realizado em muitos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), sobre a possibilidade e viabilidade da produção de agrocultivos em seus territórios. Alguns movimentos tornaram-se mais críticos e opostos

a essas experiências, e outros nem tanto (FABRINI, 2010; FERNANDES et al, 2011), cabendo aos pequenos produtores da área de estudo a plena escolha de aderir ou não ao plantio da oleaginosa.

Ao analisar as relações camponesas que perpassam essas duas localidades, identificou-se que a percepção dos moradores acerca do conceito de comunidade ainda existe intrinsecamente relacionada com as origens de base religiosa, que se figura na presença da Igreja. De fato, a estreita relação entre as famílias católicas tornou-se suporte para a criação das comunidades (SOUSA e MACEDO, 2011).

Ambas possuem forte base nas tradições agrícolas, assumindo características que as definem enquanto comunidades rurais camponesas, uma vez que desde suas origens, possuem no trabalho com a terra a sua maior fonte de renda. Da mesma forma, as práticas de ajuda mútua são garantidoras da sobrevivência e reprodução em complemento ao cotidiano de trabalho. Assim, em uma análise mais ampla, segundo Queiroz (2009), mais que uma simples conexão religiosa, as comunidades rurais são marcadas pelo espírito de coletividade. Neste contexto,

O gênero de vida que levam é marcado pela coletivização das atividades, sendo a principal delas a ajuda mútua no trabalho, sob a forma de mutirão, muxirão, batalhão ou outro nome qualquer: quando, para determinada tarefa, se requer quantidade de mão-de-obra, os habitantes da comunidade atendem à convocação, sabedores de que poderão contar com o auxílio dos outros, em condições idênticas. Falamos em 'existência coletiva', porque raramente algo se passa naquelas comunidades, em matéria de atividades, que não seja levado a efeito em grupo. Religião, política, lazer, tudo serve de ocasião para agrupamentos e reuniões, e as próprias questões familiares transbordam do núcleo para se tornarem problemas que interessam à comunidade toda. Quanto mais próspera uma comunidade desse tipo, maior a quantidade de atividades em comum [...] (QUEIROZ, 2009, p.58).

A partir do trecho supracitado, que descreve e analisa as comunidades rurais na década de 1960, considera-se que muitas dessas características ainda são perfeitamente identificáveis para descrever o modo de vida e a relação dos moradores do Cravo e Arapiranga. Mas não se deve entender o apego às tradições enquanto “congelamento” desses sujeitos numa perspectiva espaço-temporal. Afirmar que os camponeses que constituem famílias em comunidades rurais são homens isolados do restante da sociedade capitalista seria totalmente contraditório, em vista do lócus dessa pesquisa.

Woortmann (1990, p. 17) ao abordar as tradições camponesas como meios de resistência, afirma: “A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”. Assim, deve-se elucidar que o camponês – em especial os situados no nosso recorte de pesquisa, que passam por fortes transformações recentes – é um homem do século XXI, ligado ao mercado, consumidor de variados tipos de mercadorias, inserido ao capitalismo.

A chegada do agronegócio nesta região, aqui representada pela implantação da empresa Biovale na localidade, produziu nessas comunidades uma nova dinâmica, no que se refere: (a) a tentativas de compra da terra pela empresa Biovale; (b) a proposição do camponês plantar dendê em sua propriedade, em conexão com o sistema do selo social a partir de parceria com a empresa; (c) a oferta de empregos na Biovale e o conseqüente assalariamento de uma parcela dos moradores locais. Conforme segue abaixo, verificou-se como essas ações tem influenciado a reprodução camponesa.

Primeiramente, a ação inicial da empresa se dá na tentativa da compra de terras dos pequenos produtores que ali residem, para poder estabelecer-se a monocultura do dendê. Em contato com um entrevistado (1), soube-se que o preço máximo oferecido por sua terra foi de apenas 15 mil reais. O proprietário buscou se informar sobre a viabilidade da proposta na associação local, porém, após ser aconselhado, não vendeu seu patrimônio. Este tipo procedimento se repetiu com outras famílias entrevistadas.

Posteriormente, se não concretizada a compra da terra junto ao camponês, a segunda ação se deu na tentativa da “parceria”, ou seja, de produção do dendê na pequena propriedade.

Portanto, há primeiramente a tentativa da territorialização do capital. Não sendo esta efetivada, resta apenas a tentativa de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2004), representada pela empresa Biovale e caracterizada pela parceria para o cultivo da oleaginosa.

O entrevistado 1 aderiu ao contrato de parceria com a Biovale e relatou ter recebido 60 mil reais de empréstimo para ir pagando “lentamente”. Parte deste dinheiro serviria para o pagamento de diárias de 30 reais (preço sugerido e estabelecido pela Biovale) a duas pessoas que o ajudam na produção do dendê (além do seu filho, que auxilia e trabalha com pai). Porém, segundo informou, este pagamento, é uma espécie de ajuda aos contratados. Apesar disso, nunca trabalhou para ninguém, tendo relatado sempre gostar de trabalhar apenas para si mesmo.

Antes do plantio do dendê, sua roça se constituía de cinco tarefas de mandioca predominantemente. Mas com o início da produção da oleaginosa em 2013, a roça de mandioca foi reduzida a nada, sendo retomada este ano com apenas três tarefas. Porém, se “antes a roça era pra vender, agora é pra comer”. Isto revela um dos possíveis efeitos negativos da introdução do dendê na região: a perda da soberania alimentar e a elevação do preço de produtos alimentares essenciais do povo paraense, como a farinha, carro chefe da economia camponesa local.

Compreende-se, portanto, que “a soberania alimentar é entendida como um princípio que define o direito e até o dever que cada povo tem de produzir os alimentos de que necessita para sua sobrevivência [...]”. (STEDILE, 2007 *apud* CAMACHO et al, 2011, p. 19). Não somente na lógica de produzir para sua sobrevivência, mas relacionando-a a outras concepções, Thomaz Jr. (2007) associa a concepção de soberania alimentar à defesa dos direitos de povos e países definirem suas próprias políticas e estratégias de produção alimentar voltadas ao abastecimento de suas populações. Para ele, isto viria antes das necessidades mercadológicas e de exportação.

A diminuição de produtores de mandioca e a conseqüente elevação de renda dos que ainda permaneceram com este tipo de plantação foi constada em entrevista realizada em 2013, na Comunidade do Cravo:

É pouca gente assim que planta mandioca. Eu acho que aumentou pra gente, porque o pacote da farinha até vinte e cinco reais eu cheguei a vender, aí hoje, vende cento e cinquenta reais, aí eu acho que melhorou, melhorou pra mim né (entrevistado 2).

Nesse trecho, da fala do entrevistado (2), percebeu-se um pouco da contradição gerada pela expropriação camponesa no campo. Ao mesmo tempo em que o agronegócio expropria e diminui a pequena produção, ele gera uma “supervalorização” dos produtos através das leis de oferta e da procura. Isto acaba por garantir que outra parcela camponesa se recrie e melhore sua condição enquanto camponês (OLIVEIRA, 1995), sem necessariamente depender de subsídios públicos do Estado para isso.

Da mesma forma, o entrevistado 3 admite o aumento dos ganhos por parte de quem continuou a plantar mandioca, porém, acrescenta que:

Comer farinha não é só uma questão de alimentação, é cultural né e muita gente que foi cooptado, que vendeu seu terreno pra essa empresa, filial da Vale, foi embora pra as cidades vizinhas não conseguiu se manter lá na periferia, voltou agora e tá ai querendo produzir e tem que comprar farinha, ou seja, é um processo muito complexo né, processo complexo o avanço do dendê (entrevistado 3).

Na fala da moradora (entrevistado 3), observou-se o sentido não simplesmente econômico do ponto de vista da produção camponesa, mas, principalmente, a característica cultural-moral que essa produção carrega consigo. Ao tratar especificamente das relações culturais/morais inerentes à lógica camponesa, se lida, portanto, diretamente com sua “campecinidade”, vista como uma ordem moral se sobrepondo à ordem econômica, norteadora das ações camponesas.

Para Woortmann (1990), terra, família e trabalho são categorias inerentes ao universo camponês, nucleantes e relacionadas. “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (p. 23). Soma-se a esses elementos a produção alimentar da família ou a produção de comida, que é entendida enquanto fonte de vida, com valor simbólico pautado na honra do pai. Assim, ficam mais evidentes as lógicas antagônicas que se colocam nas diferentes relações de produção e os impactos causados pelo agronegócio a esse universo das relações campesinas.

O agronegócio, ao se caracterizar por uma agricultura altamente mecanizada, usuária de pacotes tecnológicos modernos, insumos químicos e biológicos, produção em larga escala, que explora grandes extensões de terra, geralmente de base monocultura (FABRINI, 2010), acaba por ocasionar outro problema também encontrado na expansão do cultivo do dendê nessa região, que se refere aos impactos ambientais.

A respeito disso, foi relatado por alguns moradores, a exemplo dos entrevistados 4 e 5, uma questão relacionada a essa problemática. Com a chegada da Biovale e a consequente compra das terras no município de Concórdia, principalmente nas proximidades do Igarapé Cravo, pessoas que outrora podiam se utilizar desse bem natural sem nenhum tipo de receio, passaram a perceber o aparecimento de alguns sintomas como “coceiras” e “vermelhidão” na pele e nos olhos após entrarem em contato direto com a água do igarapé. A entrevistada 2, por exemplo, conta que: “quando chove vem tudo pra água, muita gente já deixou de usar o igarapé, agora só água de poço”.

Isto é um exemplo do que Zhouri e Laschefski (2010) definem como “conflito ambiental espacial”, pois, ainda que a poluição do rio tenha sido iniciada fora da comunidade, ou seja, em área de posse da Biovale, os efeitos impactantes dos poluentes não se limitaram ao território da empresa, ultrapassando-o e afetando as comunidades que dependem dos igarapés para sua sobrevivência.

Além deste tipo de conflito, os autores diferenciam mais dois: os “conflitos ambientais distributivos”, ou seja, aqueles relacionados à distribuição desigual dos recursos naturais. Outros são os “conflitos ambientais territoriais”, característicos de situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais sobre o mesmo recorte espacial. Por exemplo: área para implementação de uma hidrelétrica versus territorialidade da população afetada.

Torna-se necessário diante o exposto, uma maior reflexão acerca dos problemas relacionados às questões ambientais, visto que há uma enorme contradição envolvida no discurso do desenvolvimento sustentável promulgado pelo PNPB. Ainda que o argumento sustente que se trata de uma “energia limpa”, o processo de produção do agrocombustível é sujo: utiliza-se de agrotóxicos e fertilizantes, polui rios, altera a dinâmica e hábitos tradicionais nas comunidades estudadas.

A terceira grande problemática que precisa de maiores reflexões se refere ao assalariamento para a realização da produção do dendê, seja pela Biovale ou pelas empresas por ela terceirizadas. Já denunciadas por Fabrini (2010), as condições precárias de trabalho, resultantes da atuação do agronegócio, promovem a superexploração dos trabalhadores e revelam velhas práticas adotadas pelos “modernos” empresários do campo.

A entrevistada 6 refere-se a uma nova dinâmica de tempo a ser adotada pelo assalariado, diferente do “tempo da roça”, como acordar às 3:45 da manhã para estar no trabalho às 5:00 e deixar o trabalho às 13:00. Ela destaca também a fadiga com o excesso de trabalho, posto que o trabalhador “anda de mais” dentro da empresa terceirizada. Outra questão se refere à “exploração” que algumas pessoas estariam sofrendo, como a obrigação de fazer hora extra, no final de semana, sem o recebimento de remuneração. Afirma ainda a entrevistada que trabalha muito e ganha pouco, porém reconhece que conseguir um emprego na empresa, é muito difícil, pois “muitas pessoas que estão fora querem entrar”. Daí a aceitação das condições precárias a que está sujeita.

Esses mesmos aspectos também foram constatados pelo Instituto Observatório Social (VILMAR et al, 2014). Tal estudo relata também, por exemplo, problemas de saúde relacionados ao contato com insumos químicos, trabalho exaustivo, quantidade insuficiente de banheiros, até fiscais que intimidam trabalhadores para o cumprimento de metas de produção.

Assim, a expansão do cultivo do dendê no Nordeste Paraense segue em passos ágeis e muitas são as estratégias encontradas pelo capital para se apropriar das terras e das próprias relações sociais que tradicionalmente estão estabelecidas no rural brasileiro. O discurso ambientalista e do desenvolvimento no campo não vai muito além do papel e das manchetes intencionalmente publicadas e veiculadas na imprensa. Entretanto, é necessário sempre lembrar que os sujeitos do campo não estão em sua totalidade passíveis a esses processos. Muitos se posicionam política e coletivamente em diversas vertentes de resistência.

PRODUZIR PARA VIVER

Diversos problemas estão relacionados ao avanço do agronegócio da palma no Nordeste Paraense, como: condições precárias de trabalho, contaminação dos igarapés, perda da soberania alimentar por uma parcela de pequenos produtores. Simultaneamente, algumas constatações demonstram a ocorrência de formas de resistência camponesa frente a este processo.

A primeira se refere à possibilidade da organização das associações das comunidades. Diante da poluição dos rios, após reuniões entre os moradores na comunidade do Arapiranga, uma reunião com representantes da empresa Biovale foi cobrada. Sobre pressão, a partir disto, a empresa “identificou” uma espécie de veneno que comprometia a qualidade de vida das famílias que utilizavam o igarapé e, por isso, garantiu que a substância seria substituída e não mais utilizada. Por fim, os moradores relataram que após a reunião o problema pareceu acabar, ou amenizar, mas alguns ainda externam algum tipo de receio a utilizar o igarapé.

A segunda questão se refere ao repúdio da maioria dos camponeses quanto a produzir dendê em sua propriedade, seja pelo “trabalho difícil” na hora de plantar, seja pelos altos gastos ou pela perda da autonomia de produzir livremente na terra. Na comunidade de Arapiranga, por exemplo, das 75 famílias que ali residem, apenas três se propuseram a efetuar o plantio do dendê.

Há dessa forma, a tentativa da territorialização do capital, podendo ou não o camponês resistir à sua iniciativa. A resistência a este processo pode se dar como exposto, principalmente na manutenção da própria produção agrícola, pois, além de diversificada, a policultura realizada, detém como objetivo principal o consumo, comercializando-se apenas seu excedente, representada na clássica fórmula Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria. A sobrevivência seria o limite para a produção camponesa no campo e não o lucro médio (OLIVEIRA, 1995).

Isto justifica também um dos principais motivos de grande parte dos moradores entrevistados, optarem pelo não assalariamento junto à Biovale.

Então eu acho assim que melhorou um pouco, agora na questão assim de trabalho é totalmente diferente né, por que o trabalho da gente é da gente, o que agente põe é pra gente, não é aquela coisa que um empregado tem que ter aquilo de acordar 4hrs da manhã 3hrs da manhã, por que um empregado tem que acordar naquele horário que é totalmente diferente do trabalho da gente porque é meu né, eu vou 5, vou 6, eu vou 7 né, eu que faço o meu horário, eu volto 10hrs da manhã, eu volto 11hrs. (entrevistado 7).

Este trecho da fala do entrevistado 7 exemplifica o que Tchayanov (1976) denominara de “auto-exploração” e que se diferenciaria dos sistemas econômicos capitalistas. Para o autor, a importância do produto do trabalho (neste caso, do campesinato) não seria o lucro, mas sim a satisfação, o bem-estar máximo da família, sujeito a interrupções no período de trabalho de acordo com a necessidade do consumo e o cansaço do trabalhador. O grau de auto-exploração é determinado então por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho, diferindo da racionalidade produtiva capitalista. Ainda segundo Tchayanov (1976, p. 486):

[...] O trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores econômicos internos da sua exploração, isto é, diminui a auto-exploração da sua capacidade de trabalho. [...] É evidente que a exploração baseada no

trabalho familiar só tem vantagem em investir em capital se isso lhe permitir atingir um nível superior de bem-estar; de outro modo, ela restabelece o equilíbrio entre a fadiga devida ao trabalho e a satisfação da procura.

Dessa maneira, a diversificação da produção, a manutenção da soberania alimentar, a oposição à venda da terra para empresa Biovale e a não adesão à parceria para o cultivo do dendê, emergem como importantes elementos da resistência camponesa frente aos avanços do agronegócio nesta região. Além desses aspectos, os laços de solidariedade, ajuda mútua, controle do tempo do trabalho, dentre outros, representam formas de resistir à dominação capitalista por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais (FABRINI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa observou-se que as Comunidades de Arapiranga e Cravo se encontram em um processo crescente de transformação, estando entre as mais evidentes a transformação estrutural, no que se refere à atividade produtiva. Há poucos anos, por exemplo, a comunidade de Arapiranga recebeu energia elétrica e mais recentemente também a água encanada. Entretanto, o modo de vida camponês ainda se faz um elemento central ao analisarmos as comunidades: a íntima relação com a terra, o trabalho familiar na roça, a produção da farinha, o culto do domingo etc.

Muitos moradores identificam esse movimento de transformações de modo positivo. O emprego de jovens na Biovale, segundo alguns, ajuda na economia interna da comunidade, fazendo com que o dinheiro circule. Para outros, existe a esperança de que a comunidade continue unida, de que os serviços básicos melhorem, como a coleta de lixo. Apesar das perspectivas positivas quanto à incorporação da agricultura camponesa na cadeia de produção do agrocombustível, esta tendência ainda está longe de apresentar-se como consenso.

Contudo, se há a tentativa de territorialização do capital – aqui representado pela monocultura do dendê – nestas duas comunidades, existe simultaneamente uma resistência camponesa para continuar se reproduzindo enquanto um modo de vida específico, a partir da manutenção do seu território. A conservação das condições de sobrevivência está intimamente ligada à necessidade de expressar sua territorialidade, muito diferente da estritamente econômica capitalista. Para o camponês, pelo contrário, a auto-exploração é requisito básico para a autonomia de seu trabalho, que é valorizado por uma instância moral, na qual o que se objetiva é, sobretudo, o bem-estar máximo da família, e não necessariamente o lucro.

Com isto, este trabalho manifestou-se enquanto esforço e incentivo para que se ampliem e se traga à tona a discussão sobre o avanço da produção monocultora do dendê na região do Nordeste Paraense, de modo a cobrir campos ainda descobertos pela produção científica. A diversidade de questões emersas neste campo em virtude da variedade de atores e territorialidades exige um esforço longo, sistemático de investigação e de articulação de pesquisas. Através dos depoimentos e incursões teóricas verificou-se como as relações sociais vivenciadas por estes sujeitos promovem a construção de um universo de representações sobre a vida, seus anseios e necessidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ e à UEPA pela bolsa de iniciação científica (PIBIC) que fomentou o início deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BECKER, B.K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins** [Online], n. 10, [s.p.], 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6609>>. Acesso em: 05 de julho de 2013.

CAMACHO, R. et al. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. **Boletim DATALUTA**, v.11, p. 1-29, 2011.

CASEIRO, C. A produção e o consumo de biocombustíveis no mundo atual: questões-chave para analisar a sua sustentabilidade. **Campo-território**, v.6, n.12, p. 6-31, 2011.

FABRINI, J.E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 10, n.11, p. 8-32, 2007.

_____. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A. (Coord.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FERNANDES, B.M. et al. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço aberto**, v.1, n.1, p. 21-43, 2011.

GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônias**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4º ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. (Coord.). **O campo século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela/ Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

_____. Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: BERNADES, J.A.; ARACRI, L.A. (Coord.). **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011. p. 47-64.

QUEIROZ, M.I.P. Uma categoria rural esquecida (1963). In: WELCH, C.A. et al. (Coord.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 57-72.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22º ed. São Paulo: Record, 2012.

SANTOS, M.A.S. et al. **Comportamento do mercado do óleo de palma no Brasil e na Amazônia**. Belém: Banco da Amazônia S.A. – Coordenadoria de Estudos Especiais COESP, Estudos Setoriais 11. 1998. Consultoria técnica.

SOUSA, R.B.; MACEDO, C.O. Comunidades camponesas no nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo. **Geografia**, v. 20, n. 2, p.115-128, 2011.

SOUZA, M.L. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77- 110.

TCHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). **Análise social**, ano 12, n.46, p. 477-502, 1976.

THOMAZ JR., A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta nova: revista electrónica de Geografia y ciencias sociales**, v.11, n.245 (46), [s.p.], 2007.

VILMAR, M.L. et al. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis**. São Paulo: Instituto Observatório Social, 2014. Relatório final.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Coord.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 11-33.